

Homogeneidades presumidas: pequenas cidades e sua caracterização tipológica

Assumed homogeneities: small cities and their typological characterization

Homogeneidades supuestas: pequeñas ciudades y su caracterización tipológica

Aline Galinari Santoro, mestre e doutoranda em Gestão Urbana pelo Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana (PPGTU), da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

E-mail: alineg.santoro@gmail.com  <http://orcid.org/0000-0002-0178-499X>

Paulo Nascimento Neto, doutor em Gestão Urbana e coordenador do Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana (PPGTU), da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

E-mail: paulo.neto@pucpr.br  <http://orcid.org/0000-0002-8518-9978>

Para citar este artigo: SANTORO, A. G.; NETO, N. P. Homogeneidades presumidas: pequenas cidades e sua caracterização tipológica. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 146-162, 2023.

DOI 10.5935/cadernospos.v23n1p146-162

Submissão: 2022-04-12

Aceite: 2022-11-29

Resumo

Historicamente, o debate sobre o planejamento e gestão de cidades relegou os municípios de pequeno porte a uma posição secundária, considerados como um grupo homogêneo e de menor importância no quadro nacional. Há, contudo, um protagonismo



esquecido, facilmente percebido por seu predomínio em termos absolutos – 68,3% dos 5.570 municípios brasileiros possuem população inferior a 20 mil habitantes. Nesse contexto, este artigo analisa a homogeneidade presumida deste conjunto, explorando características que os distinguem e que expressam, por si, outras territorialidades. Neste trabalho, adotou-se o Estado do Paraná como caso-piloto, constituindo-se a amostra de pesquisa com vistas a realizar uma análise de agrupamento dos municípios. Adota-se uma abordagem exploratória com desenho metodológico quantitativo a partir da aplicação de análise estatística multivariada. Ao final, o resultado foi a proposição de grupos tipológicos, reunidos segundo determinadas características, possibilitando a compreensão da distribuição espacial dos municípios de pequeno porte. Com isso, o artigo contribui com o campo ao aplicar técnicas exploratórias para classificar tais municípios, revelando distinções menos frequentemente consideradas, contribuindo na compreensão do urbano a partir das pequenas cidades, um olhar para seus papéis urbanos, suas diversidades e relevância.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Municípios de pequeno porte; pequenas cidades; Análise de agrupamento.

Abstract

Historically, the debate on city planning and management has relegated small municipalities to a secondary position, considered as a homogeneous group and of lesser importance in the national context. There is, however, a forgotten role, easily perceived by its predominance in absolute terms – 68.3% of the 5,570 Brazilian municipalities have a population of less than 20 thousand inhabitants. This paper stresses the presumed homogeneity of this arrangement, discussing characteristics that distinguish them and that express, in themselves, other territorialities. The state of Paraná was adopted as a pilot case, constituting the research sample to performing a cluster analysis of municipalities. An exploratory approach is adopted with a quantitative methodological design based on multivariate statistical analysis. The proposition of typological groups, as a result, gathered according to certain characteristics, allow us to understand the spatial distribution of small municipalities. The paper contributes to the field by applying exploratory techniques to classify such municipalities, revealing less frequently considered distinctions, contributing to the understanding of the urban through small cities, a look at their urban roles, their diversities and relevance.

Keywords: Urban planning; Small municipalities; Small towns; Cluster analysis.

Resumen

Históricamente, el debate sobre la planificación y gestión de las ciudades ha relegado a los pequeños municipios a un segundo plano, considerados como un grupo homogéneo y de menor importancia en el contexto nacional. Hay, sin embargo, un papel olvidado, fácilmente percibido por su predominio en términos absolutos: el 68,3% de los 5.570 municipios brasileños tienen una población de menos de 20 mil habitantes. Este trabajo destaca la supuesta homogeneidad de este ordenamiento, discutiendo



características que los distinguen y que expresan, en sí mismas, otras territorialidades. El Estado de Paraná fue adoptado como caso piloto, constituyendo la muestra de investigación para realizar un análisis de conglomerados de municipios. Se adopta un enfoque exploratorio con un diseño metodológico cuantitativo basado en análisis estadístico multivariante. La proposición de grupos tipológicos, en consecuencia, reunidos según determinadas características, nos permite comprender la distribución espacial de los pequeños municipios. El artículo contribuye al campo aplicando técnicas exploratorias para clasificar tales municipios, revelando distinciones menos consideradas, contribuyendo a la comprensión de lo urbano a través de pequeñas ciudades, una mirada a sus roles urbanos, sus diversidades y relevancia.

Palabras clave: Planificación urbana; Municipios pequeños; Pequeñas ciudades; Análisis de conglomerados.

INTRODUÇÃO

As cidades constituem-se como centros de controle e poder do território, podendo ser consideradas a base e o elemento decisivo para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território (BRASIL, 2008). Sua capacidade de articulação depende, sobretudo, da sua escala, da natureza da sua base produtiva, de sua localização e da infraestrutura de transporte que ela desfruta (SCHERER; AMARAL, 2020). Tais características devem ser compreendidas à luz da pluralidade que tais formas urbanas podem assumir (WATSON, 2016; SCHINDLER, 2017), articulando-se à Nova Agenda Urbana e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, particularmente ao ODS11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

No Brasil, o processo de urbanização acompanhou as dinâmicas de países da periferia do capitalismo, no qual os instrumentos de planejamento urbano tradicionais, mimetizados de experiências do Norte Global, mostraram-se insuficientes para a dinamicidade da expansão urbana (NASCIMENTO NETO, 2021; NASCIMENTO NETO; MOREIRA, 2022). Nesse cenário, o II Plano Nacional de Desenvolvimento cita pela primeira vez na década de 1970 a necessidade de pensar as cidades médias para o ordenamento territorial urbano (AMORIM FILHO; SERRA, 2001). Argumentava-se que a insuficiência de centros intermediários dinâmicos estava entre as causas que dificultavam uma interiorização efetiva do País (SPOSITO, 2001; CASTELLO BRANCO, 2006). Nesse período, as cidades médias foram conceituadas no contexto da década de 1970 como o conjunto de municípios que,

[...] por sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função na hierarquia urbana [...], se constituíam em centros de valores estratégicos para o desenvolvimento regional e para uma rede urbana nacional mais equilibrada (STEINBERGER; BRUNA, 2001, p. 51).



Diante da inexistência de correspondência direta entre o tamanho de uma cidade e seu papel na rede urbana (CHRISTALLER, 1996), o porte populacional torna-se insuficiente para traduzir a diversidade de funções, em especial nas cidades de menor porte (SPOSITO, 2001; CASTELLO BRANCO, 2006; OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2010). As cidades médias e pequenas, pois, podem ser definidas pelo grau de mediações que proporcionam, não se circunscrevendo apenas às suas dimensões territoriais ou populacionais, mas às articulações, relações e conexões que estas mantêm com as demais cidades no sistema urbano regional e/ou nacional (SILVA, 2006). Nesse contexto, pensar a região sem levar em conta o papel desempenhado pelos diferentes tipos de municípios que a compõem torna-se, no mínimo, exercício com alcance bastante limitado.

De tal modo, ao abordar a questão regional brasileira recente, é fundamental que se leve em conta o município como elemento de articulação e transformação local, em especial os de médio e pequeno porte que, ao cumprirem funções de intermediação entre os grandes núcleos urbanos metropolitanos e o meio rural, têm destacado papel de balanceamento da rede urbana (SCHERER; AMARAL, 2020). Pelo tamanho continental e concentração de recursos e pessoas, o Brasil apresenta uma ampla diversidade quanto ao porte dos seus municípios, que se reflete nos desafios do planejamento urbano, na gestão e ordenamento de territórios tão heterogêneos (MEDEIROS; GONÇALVES, 2021). Conforme estimativas populacionais para o ano de 2019 (IBGE, 2019), no universo dos 5.570 municípios brasileiros, 68,3% deles possuem menos de 20 mil habitantes (3.805), seguidos de 30,8% entre 20 mil e 500 mil habitantes (1.718) e apenas 0,9% com população superior a 500 mil habitantes (47). Destaca-se a expressividade numérica dos municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes), lançando-se luz sobre uma realidade pouco estudada em relação à gestão e ao planejamento urbanos (MEDEIROS; GONÇALVES, 2021).

Ainda que, historicamente, o debate sobre o planejamento e a gestão de cidades tenha relegado os municípios de pequeno porte a uma posição secundária, considerados como um grupo homogêneo e de menor importância no quadro nacional, contemplá-los nos estudos urbanos envolve reconhecer, simbólica e materialmente, como parte da realidade urbana (ENDLICH, 2006). Por sua vez, os marcos normativos nacionais destinados ao planejamento urbano, notadamente a partir do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001), anunciam um claro privilegiamento regulamentador para as metrópoles, expresso pela natureza dos instrumentos e pelo formato do sistema de gestão concebido (NASCIMENTO NETO, 2016). A opção por estabelecer o limite de 20 mil habitantes como patamar mínimo de exigência para o desenvolvimento do Plano Diretor Municipal coloca as pequenas cidades em um limbo institucional, esperando-se um “encaixe forçado” a modelos distantes de sua realidade.

Há um protagonismo esquecido, facilmente percebido pelo predomínio das pequenas cidades em termos absolutos. Conforme Santos (1979) advoga, uma cidade local corresponde à “aglomeração capaz de responder as necessidades vitais



mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações". Nesse sentido, o processo de urbanização desigual no Brasil aprofundou as inequidades espaciais nos espaços urbanos não metropolitanos em função das ações de planejamento empreendidas no País, aliadas à reorganização da divisão territorial do trabalho e à carência de investimentos em infraestrutura, serviços e de políticas urbanísticas (VIEIRA, 2011).

Nesse contexto, há agendas investigativas que antecedem a própria discussão dos modelos de planejamento. Afinal, como abordar esse conjunto amplo e diverso de 3.805 municípios de pequeno porte? Em que medida ruralidades e urbanidades se conectam? Em um cenário no qual pouco se sabe, torna-se essencial a caracterização deste objeto de pesquisa, investigando as tendências de composição do universo de municípios de pequeno porte brasileiros. Trata-se, pois, de classificar o significativo volume de municípios em grupos menores, com indicadores minimamente comuns, antes de compreender idiosincrasias a partir de estudos de caso dirigidos.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é realizar uma análise de agrupamento dos municípios, tendo como amostra de estudo o conjunto de municípios de pequeno porte do Estado do Paraná, objetivando delimitar um grupo mais restrito, mas ainda representativo do contexto estudado. Com isso, o artigo contribui com o campo ao aplicar técnicas exploratórias para classificar os municípios de pequeno porte em grupos de características homogêneas, apontando para focos de pesquisas futuras.

O artigo organiza-se em três seções, além desta introdução. A seguir resgatam-se as linhas gerais do debate sobre pequenas cidades como elemento de articulação e transformação local. A discussão é sumarizada a fim de pontuar aspectos contextuais à experiência. Na sequência, descreve-se o desenho metodológico aplicado para, por fim, avançar na compreensão das idiosincrasias dos municípios de pequeno porte paranaenses, contribuindo com a agenda da gestão pública ao melhor caracterizá-los e, por conseguinte, possibilitar sua efetiva consideração no desenho das políticas públicas de desenvolvimento urbano em contexto estadual e nacional.

As pequenas cidades sob enfoque

O conceito de cidade é polissêmico, comportando múltiplas interpretações e correntes de pensamento. Ela é compreendida por possuir sua dinâmica territorial particular, seu porte populacional, sua importância na rede urbana e sua centralidade econômica, desempenhando tarefas distintas, a definição de cidade vai além de sua extensão urbanizada. Suas relações, símbolos e costumes as distinguem, e, por mais que possuam problemas de ordem similar, isso não as igualaria automaticamente (ENDLICH, 2006; SPÓSITO, 1994). Nesse sentido, percebe-se uma série de desafios para a análise das pequenas cidades.



A pesquisa internacional de sistemas urbanos, especialmente, tem priorizado mudanças nas grandes cidades e metrópoles, considerando suas posições hierárquicas nos sistemas urbanos nacionais e globais e sobre as mudanças nas relações mútuas entre as cidades (TAYLOR; DERUDDER; FAULCONBRIDGE; HOYLER; NI, 2014). Em contraste, as *small and medium-sized cities* (SMSCs) – que não são consideradas aglomerações, áreas metropolitanas ou áreas rurais remotas – têm sido amplamente ignoradas nas pesquisas (ATKINSON, 2019), embora uma proporção considerável da população europeia viva nesses territórios (MÜNTER; OSTERHAGE, 2018). Somente nos últimos anos, a atividade de publicação e pesquisas sobre SMSCs avigorou-se, fenômeno observável principalmente na literatura alemã e anglo-saxônica, mas ainda não suficientemente forte como linha de pesquisa individual (ADAM; BLÄTGEN, 2019).

As cidades pequenas têm delimitações populacionais diversas – são definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) como aglomerações urbanas com uma população que varia de 20 mil a 500 mil habitantes; pelas cidades e governos Locais Unidos (UCLG) são entendidas como variando de alguns milhares a 50 mil habitantes, e pela União Europeia, como cidades com população entre 5 mil e 10 mil habitantes. No âmbito acadêmico e da gestão pública, portanto, as pequenas cidades, podem se referir a um caleidoscópio de localizações urbanas (TACOLI, 2006; 2017). De fato, o conceito de cidade é muito amplo e pode ter múltiplas interpretações, uma vez que cada autor defende sua corrente de pensamento – ela é compreendida por possuir sua dinâmica territorial particular, desempenhando tarefas distintas.

A compreensão de diversos autores, reforçada pelo posicionamento do IBGE aponta para a classificação das cidades tanto em termos populacionais – vinculados aos patamares demográficos –, quanto de modo qualitativo, isto é, vinculando-se diretamente à influência e ao papel que a cidade desempenha na rede urbana (FERNANDES, 2012). De forma recorrente identifica-se interpretação semelhante à de Santos (1982), para quem uma pequena cidade possuiria menos de 20 mil habitantes, parâmetro reiterado por Pereira (2007), que, além da dimensão absoluta, advoga que tais cidades se caracterizariam por estreita conexão com atividades rurais e “forte dependência do poder público, em todas as suas esferas”.

Melo (2008) é enfático ao considerar as múltiplas dificuldades de abordagem da temática das pequenas cidades. As cidades constituem a forma por excelência da ocupação urbana no território e se apresentam de forma diversas, condicionadas por suas trajetórias constitutivas, identidade cultural e condicionantes socioeconômicas e ambientais. Mesmo assim, todas têm em comum a ocupação do território por edificações, terrenos e vias de circulação (SPÓSITO, 1994). Partir de recortes arbitrários para caracterização tipológica de cidades conduz a generalizações imprecisas, haja vista que o fenômeno urbano, “abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos” (SANTOS, 1982, p. 78).



Além disso, a caracterização de uma cidade, também como pequena, está associada à sua inserção em determinada área, região ou rede urbana. Isso se deve ao fato de ela se definir a partir das relações internas e em função das interações externas estabelecidas com outras cidades, o que vai definir sua posição no espaço regional ou na rede urbana (CORRÊA, 1994).

Desse modo, ao analisarem-se os arranjos espaciais que ocorrem na contemporaneidade, é preciso ter clareza de que a contiguidade territorial, ainda que se mantenha como aspecto imprescindível na compreensão dos processos constitutivos dos lugares, também resulta da articulação em rede (SPOSITO, 2001). Portanto, tempo e espaço devem orientar articuladamente as análises e não de modo dicotômico, sendo essenciais no entendimento das gênese dos lugares e das interações socioespaciais que neles se manifestam e redefinem a reprodução espacial. A cada momento histórico, configurações particulares e singulares são redefinidas em face da divisão territorial do trabalho e da rede urbana (CORRÊA, 1999).

Ao observar-se um nó específico de uma rede urbana é preciso, pois, atentar para suas especificidades históricas, geográficas e estruturais, bem como apreender sua complexidade (ROCHEFORT, 1998), sua gênese e sua dinâmica atual (CORRÊA, 1989), observando-se três dimensões, quais sejam: a temporal (alterações ao longo do tempo), a organizacional (agentes e forma de institucionalização) e a espacial (forma e interações) [CORRÊA, 1997]. As clivagens regionais persistentes em um país da dimensão territorial do Brasil exigem, por sua vez, considerar-se sua formação socioespacial (SANTOS, 1979), tendo em vista a produção do espaço diferentemente datada, ocupada e articulada, correspondendo a áreas com variadas infraestruturas, disponibilidade de capitais e pessoas (SILVA; BERNARDELLI, 2019).

Contribuindo com o exposto, Melo (2008) reconhece a existência de quatro situações para as pequenas cidades brasileiras. A primeira refere-se àquelas localizadas em regiões economicamente dinâmicas, como nas áreas de agricultura moderna, que conseguem atender as demandas básicas da sua população. A segunda situação conecta-se às pequenas cidades que funcionam como reservatório de mão de obra e são marcadas por processos migratórios de pessoas em idade ativa; as rendas são majoritariamente procedentes de transferências do Estado. A terceira diz respeito àquelas pequenas cidades de contexto socioeconômico mais amplo, como as turísticas. Por fim, há as pequenas cidades localizadas nos entornos metropolitanos e, portanto, polarizadas nos termos das três tipologias anteriores. Tal classificação tem por origem uma análise qualitativa, apontando para lentes analíticas possíveis. Neste trabalho, busca-se avançar nessa frente, constituindo tipologias a partir das características intrínsecas dos próprios municípios, em um caminho indutivo de abstração teórica.



Desenho metodológico

Diante da escassez de referências empíricas, o trabalho partiu de uma abordagem exploratória com desenho metodológico quantitativo, a partir do qual aplicou-se técnica de análise estatística multivariada. A primeira etapa envolveu a definição das variáveis de interesse, considerando o foco da segmentação a partir de questões afetas ao planejamento urbano, resultando nas seguintes variáveis: área territorial, grau de urbanização, população urbana e rural, produto interno bruto, densidade demográfica, índice de Gini, rendimento médio familiar e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As variáveis foram coletadas nos repositórios *on-line* de dados municipais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), consolidando-se assim a base de dados da pesquisa.

Estes dados passaram por procedimento de padronização dimensional e checagem de valores faltantes. A aplicação da técnica de clusterização foi desenvolvida no *software* R, a partir do qual foram obtidos agrupamentos, posteriormente descritos por meio de medidas de estatística descritiva. Ao final, chega-se à proposição de grupos tipológicos, reunidos segundo determinadas características. Os resultados também foram plotados em cartograma por meio do *software* QGIS, possibilitando sua compreensão espacial.

Heterogeneidades (des)consideradas

O urbano brasileiro possui um conjunto de diferentes classificações de cidades, até mesmo entre os municípios de pequeno porte. Apesar das distinções em termos operacionais, a busca por uma caracterização, ainda que provisória, contribui com a compreensão da distribuição espacial do cenário nacional.

O Brasil possui mais de 5.570 municípios, majoritariamente composto por pequenos centros urbanos, revelando uma realidade multifacetada (IBGE, 2017). Particularmente para o caso-piloto adotado, observa-se configuração similar – no universo de seus 399 municípios paranaenses, aproximadamente 80% (312 municípios) possuem até 20 mil habitantes (Figura 1).



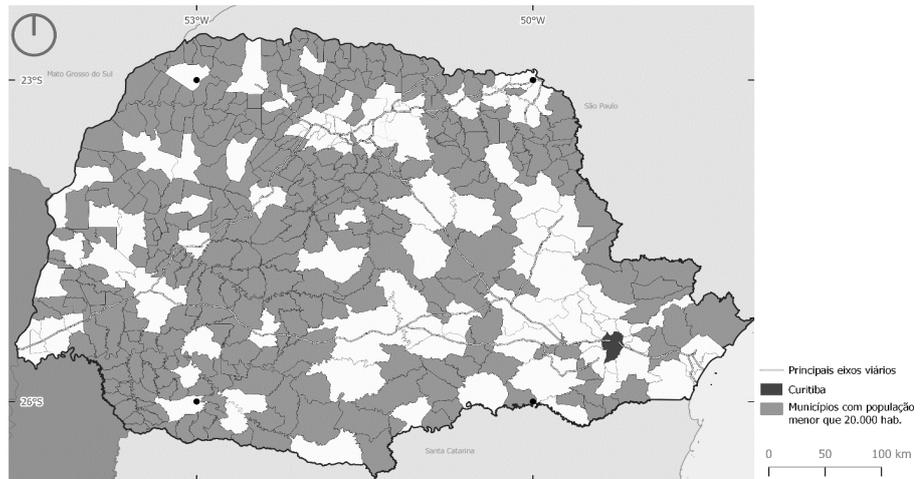


Figura 1: Estado do Paraná com a identificação dos 312 municípios de até 20 mil habitantes. Fonte: Dos autores.

Ao organizarmos essa distribuição (Figura 2), é possível verificar que a distribuição dos municípios paranaenses de menor porte tem concentração mais significativa entre 4,4 mil e 11,5 mil habitantes. Não há *outliers*, mas há uma dispersão significativa entre 10 mil e 20 mil habitantes; isso significa que, ao considerarmos os 312 municípios com população inferior a 20 mil habitantes, na realidade temos 75% com menos de 11,5 mil habitantes.

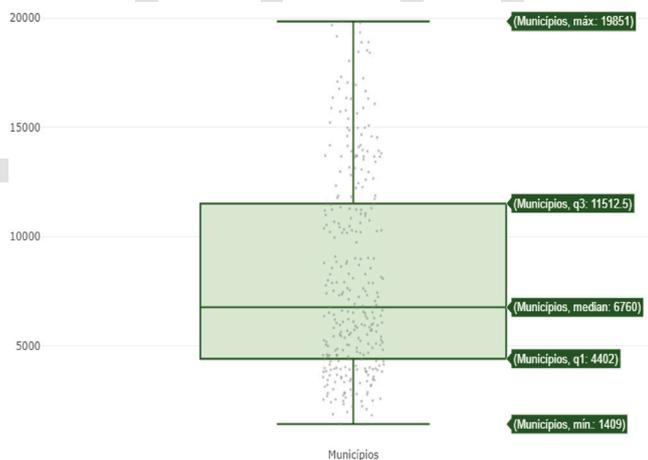


Figura 2: Histograma dos municípios de pequeno porte segundo a população e seu respectivo boxplot. Fonte: Dos autores.

Um esforço de interessante caracterização envolve compreender como este conjunto de municípios se organiza segundo o grau de urbanização. Conforme pode ser visto na Figura 3, ao se dividir a distribuição da população pela taxa de urbanização, pode-se visualizar comportamento muito semelhante. Os municípios com menores taxas de urbanização tendem a ser aqueles de menor população, em uma tendência já esperada.

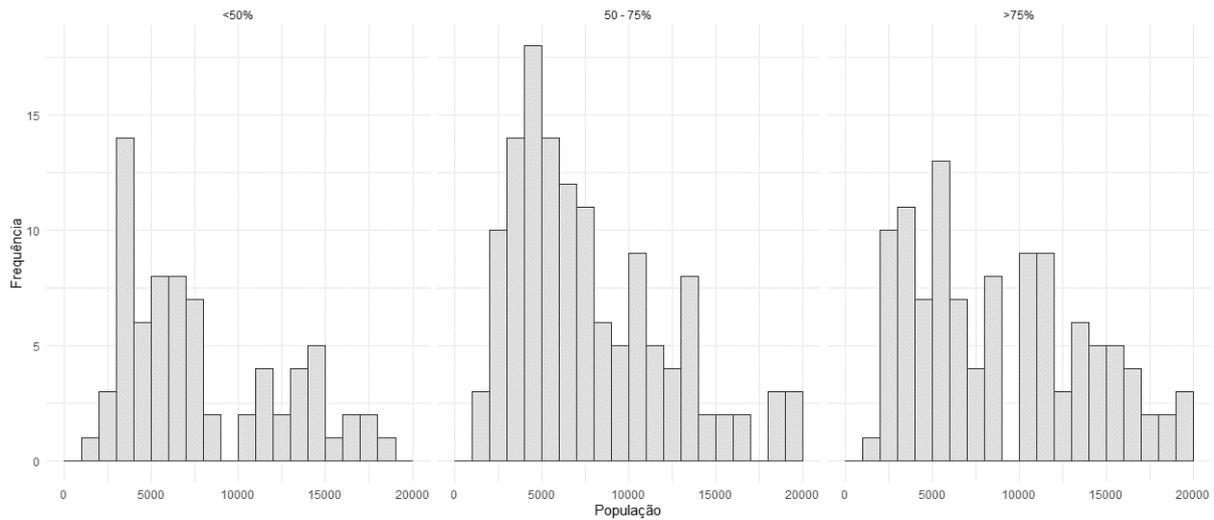


Figura 3: Resultado da divisão da população pela taxa de urbanização. Fonte: Dos autores.

Considerando as variáveis de interesse da pesquisa, os 312 municípios foram agrupados a partir da análise de conglomerados por meio de *k-means*, uma técnica multivariada exploratória e não hierárquica amplamente utilizada para o estudo de “comportamentos semelhantes [...] e eventual existência de *clusters* homogêneos” (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Para a determinação do número de agrupamentos, adotou-se o Método Elbow, analisando-se a redução da variância dos dados dentro de cada grupo à medida que se aumenta o número de *clusters*. A escolha deve ponderar os ganhos resultantes da maior diferenciação entre os grupos e o grau de homogeneização intragrupo. A figura seguinte apresenta a curva resultante da soma dos quadrados totais de acordo com o respectivo número de *cluster*, na qual se percebe uma redução substancial de ganho com três grupos.

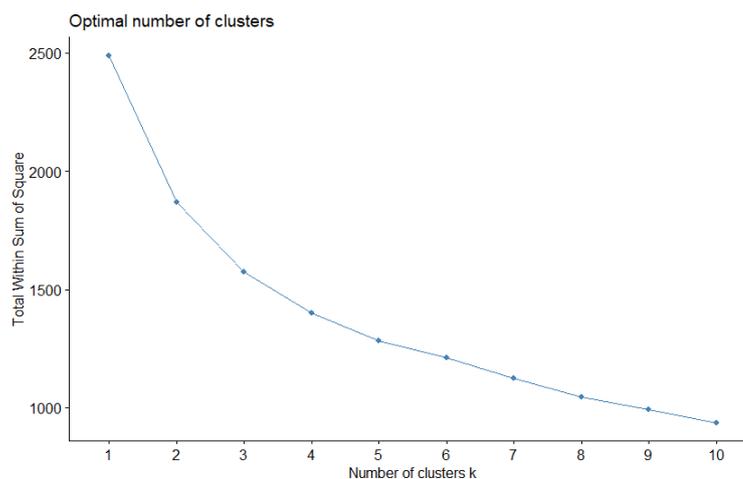


Figura 4: Curva resultante da soma dos quadrados totais. Fonte: Dos autores.

Propõe-se, assim, a categorização dos municípios de pequeno porte em três grandes grupos, ilustrados na Figura 5. O Grupo 1, com 84 municípios, destaca-se por reunir cidades com maior contingente populacional, elevada taxa de urbanização, um Produto Interno Bruto *per capita* quase duas vezes maior que os demais, além de densidade demográfica e renda também significativamente superior. Trata-se de um *cluster* com características notadamente mais urbanas e, portanto, menos distantes da discussão e instrumentos de planejamento urbano instituídos no País, para o qual será denominado de “municípios de pequeno porte”, relacionando-se à noção coletivamente compartilhada do que usualmente se imagina caracterizar tal categoria.

Cluster	Número de municípios	Área territorial	População Total	PIB <i>per capita</i>	Taxa de Urbanização	População Urbana	Renda média	IDHM	Índice de Gini	Densidade demográfica
1	84	396,42	11573,62	43259,36	70,28	8329,96	690,20	0,72	0,48	36,32
2	76	724,47	9475,05	24757,05	42,38	4219,55	442,88	0,65	0,51	15,57
3	152	253,20	5756,85	27619,20	71,41	4241,14	557,36	0,70	0,43	24,54

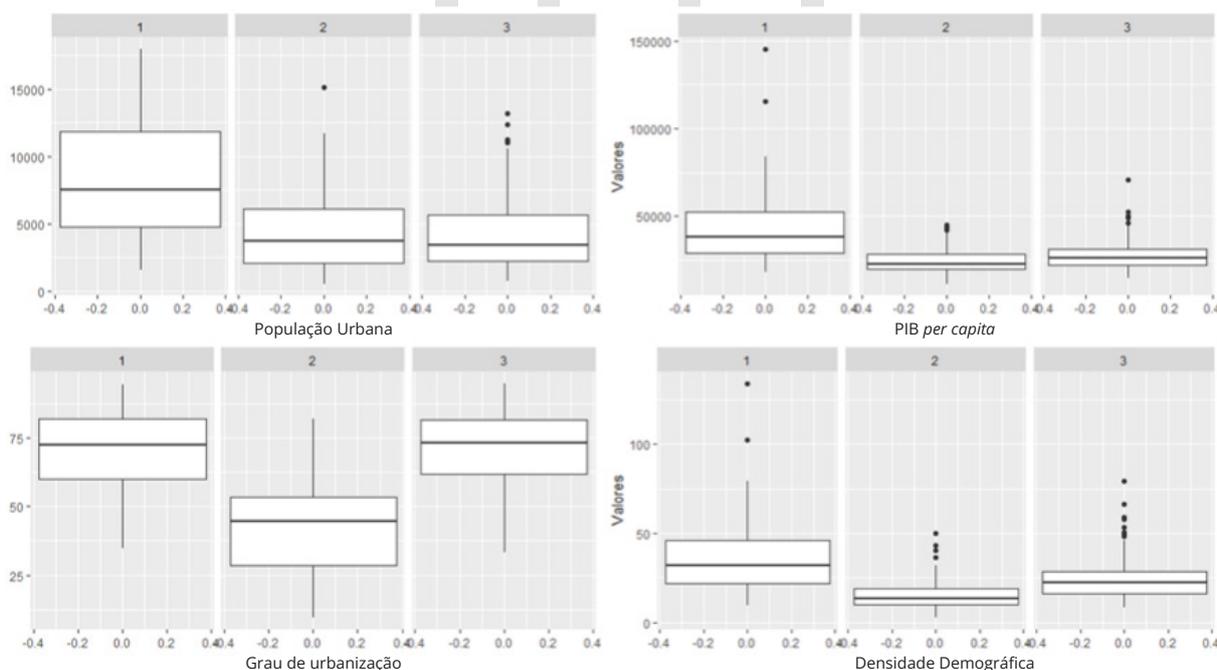


Figura 5: Indicadores sociodemográficos segundo clusters. Fonte: Dos autores.

Por sua vez, o Grupo 2, com 76 municípios, caracteriza-se pelos mais baixos patamares de renda, densidade, Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e Produto Interno Bruto *per capita*. Destacam-se particularmente os valores sensivelmente inferiores de densidade demográfica e taxa de urbanização média, ainda que com população total por município significativa. Trata-se de um grupo mais rural, com população dispersa em áreas territoriais maiores, aliada a menores patamares em termos de indicadores tradicionais de desenvolvimento humano.

Neste artigo, este grupo será denominado “pequenas cidades rurais”, buscando sintetizar as características acima descritas.

Por fim, o Grupo 3, com 152 municípios aproxima-se ao primeiro grupo em taxas de urbanização, Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e densidade demográfica, mas com população sensivelmente inferior, bem como Produto Interno Bruto *per capita*. Assim, pode-se perceber o delineamento de um conjunto de municípios com características urbanas, mas de porte sensivelmente menor e, por consequência, com menor produção de riqueza bruta. Neste artigo, o referido grupo será denominado de “municípios de diminuto porte”, buscando sintetizar as características descritas anteriormente.

As características dos agrupamentos propostos devem também ser compreendidas desde sua manifestação territorial, revelando padrões de concentração ou dispersão.

Ao observar a distribuição espacial, percebe-se uma tendência de concentração (Figura 6). Tal tendência de concentração espacial aponta inicialmente para a presença majoritária de pequenas cidades rurais no compartimento central e leste do Estado, sugerindo baixo protagonismo diante de Curitiba, metrópole nacional e capital do Paraná, e Ponta Grossa, que, juntas, concentram parte significativa do Valor Adicional Fiscal Industrial do Estado. Na porção noroeste, tem-se um predomínio de municípios de pequeníssimo porte, mas com taxas de urbanização e índice de desenvolvimento humano próximos ao grupo de melhores indicadores socioeconômicos, no que se denominou de “municípios de diminuto” porte. Finalmente, verifica-se a concentração dos municípios de “pequeno porte” na porção sudoeste do Estado, espacialidade marcada pela cultura de soja e pela suinocultura, com representatividade nacional.

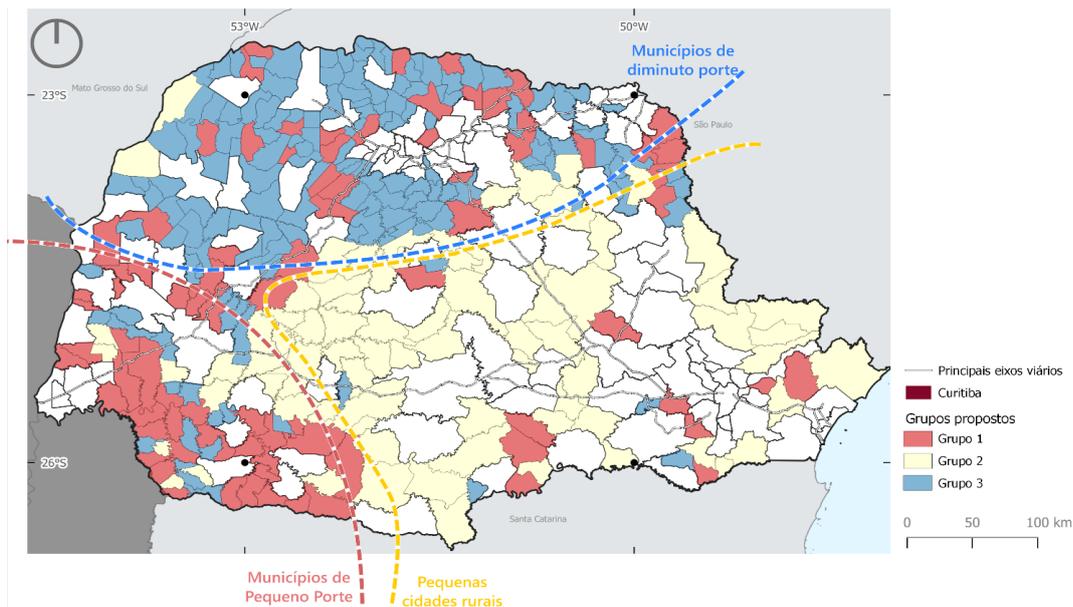


Figura 6: Resultado da distribuição territorial por grupos. Fonte: Dos autores.



Delineia-se, pois, uma distinção significativa, possibilitando considerar tais municípios a partir de suas idiossincrasias que carregam um grau de dependência espacial expresso na contiguidade entre cidades de tipologia similar. Trata-se de um passo inicial, mas fundamental, desta agenda pesquisa. A título de exemplo, a Figura 7 apresenta o gráfico de dispersão no qual estão representados a Renda Média familiar em salários mínimos, no eixo vertical, o grau de urbanização, no eixo horizontal, e os agrupamentos a partir dos pontos, relativos a cada um dos 312 municípios.

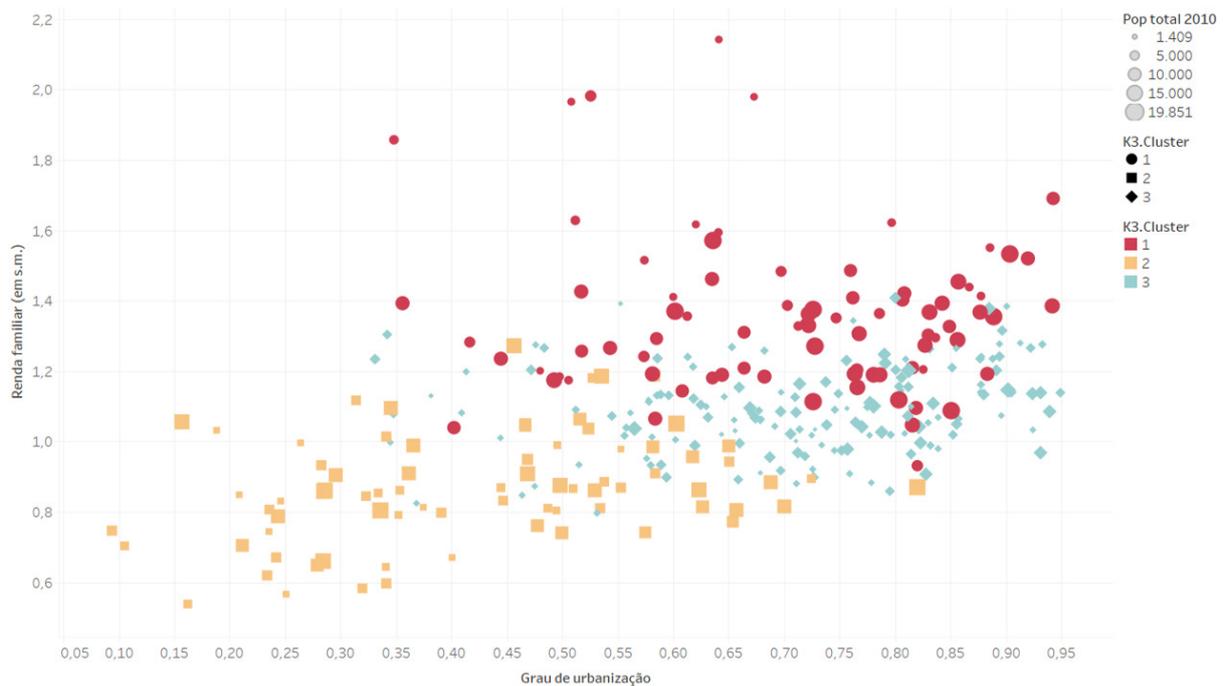


Figura 7: Grau de urbanização e renda média em salários mínimos segundo agrupamento e porte populacional. Fonte: Dos autores.

Evidencia-se o protagonismo dos municípios do Grupo 1 no conjunto de municípios de pequeno porte. Trata-se, de fato, daqueles com maior renda familiar, maior grau de urbanização, além de maior população total e urbana, seguidos do que nominamos de “pequenas cidades rurais”, com menor grau de urbanização e renda familiar, mas com porte populacional intermediário (no conjunto de municípios com população de até 20 mil habitantes). Por fim, o Grupo 3, intitulado de “municípios de diminuto porte”, reúne aqueles com menor população, mas que, ao mesmo tempo, possuem graus de urbanização mais elevados, além de renda familiar mediana para o contexto analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de os municípios de pequeno porte serem objeto de crescente atenção acadêmica, ainda é preciso ampliar o debate teórico e as experimentações empíri-



cas sobre tais territórios. Ciclos dedutivos e indutivos sucessivos de construção de conhecimento possibilitarão se aproximar da complexidade de pequenas cidades no território nacional, para as quais as políticas urbanas insistem em tratá-las igualmente. Advoga-se, pois, pela compreensão da rede urbana brasileira a partir de seus nós de menor relevo, ao menos se mensurados pelos critérios vigentes e no conjunto geral.

Considerar a realidade urbana de 70% dos municípios como única, desde o rótulo de “cidades pequenas”, oculta uma série de características que podem ser fundamentais na consecução de diferentes políticas públicas setoriais. Ao implodir o bloco de homogeneidades presumidas, desvelam-se configurações dos pequenos municípios paranaenses, fomentando questionamentos e contribuições para o campo científico e para a gestão pública. Paralelamente, lança-se luz para a importância de técnicas exploratórias de estatística multivariada como ferramenta de aproximação de contextos complexos e de escassa disponibilidade de dados. A classificação de tais municípios em subconjuntos menos heterogêneos aponta para a sensível distinção entre eles e sugere pesquisas e estudos futuros sobre este conjunto, que ocupa porção majoritária do território e abriga uma série de ativos ambientais e produtivos. A tomada de conhecimento sobre tais dinâmicas socioespaciais, distintas daquelas de metrópoles e cidades médias constitui ponto-chave para a ampliação das bases de tensionamento, fundamentais ao aprofundamento do entendimento da urbanização brasileira.

REFERÊNCIAS

- ADAM, B.; BLATGAN, N. *Bevölkerungsdynamik und innenentwicklung in mittelstädten*; BBSR-Analysen Kompakt 10/2019. Alemanha: BBSR, 2019.
- AMORIM F. O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A. (org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2001. p. 1-34.
- ATKINSON, R. The small towns conundrum: what do we do about them? *Regional Statistics*, v. 9, n. 2, p. 3-19, 2019. DOI 10.15196/RS090201
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: MP, 2008.
- CASTELLO BRANCO, M. L. G. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 245-277.
- CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.



- CORRÊA, R. L. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. As dimensões de análise das redes geográficas. *In: Trajetórias geográficas*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. *Território*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 43-53, 1999.
- CORRÊA, R. L. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. *In: CARLOS, A. F. A. (org.). Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano*. São Paulo: Edusp, 1994. p.323-359.
- ENDLICH, Â. M. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2006.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel, SPSS e Stata*. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2017.
- FERNANDES, P. H. C. *Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades: o Norte do Paraná*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2012.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos municípios brasileiros: 2018*. Rio de Janeiro, 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*. 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2022.
- MEDEIROS, S.; GONÇALVES, L. Instrumentos urbanísticos nos municípios paulistas de pequeno porte. *In: 9º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL*. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, SP, 2021.
- MELO, N. A. de. *Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2008.
- MÜNTER, A.; OSTERHAGE, F. *Trend urbanisierung? Analyse der binnenwanderung in Deutschland 2006 bis 2015*. Alemanha: Bertelsmann-Stiftung, 2018.



NASCIMENTO NETO, P.; MOREIRA, T. A. Das intersecções formais às distensões funcionais: operações urbanas e a financeirização na periferia do capitalismo. *Cidades, Comunidades e Territórios*, Lisboa, Portugal, v. 44, p. 1-21, 2022.

NASCIMENTO NETO, P. Brazilian-style financialization: CEPACs and the desire to be prime. *VIRUS*, São Paulo, v. 13, p. 1-11, 2021.

NASCIMENTO NETO, P. Tudo que é sólido desmancha no ar: reflexões sobre a gestão urbana contemporânea no Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 37, p. 37-51, 2016.

OLIVEIRA, C.; MAGALHÃES, J. *Estrutura produtiva avançada e regionalmente integrada: diagnóstico e políticas de redução das desigualdades regionais*. Livro 5. 2 v. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2010.

PEREIRA, A. M. *Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais*. 2007. (Tese de Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, MG, 2007.

ROCHFORT, M. *Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SCHERER, C. E. M.; AMARAL, P. V. M. do. O espaço e o lugar das cidades médias na rede urbana brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 22, E202001, 2020. DOI 10.22296/2317-1529.RBEUR.202001

SCHINDLER, S. Towards a paradigm of Southern urbanism. *City*, v. 21, n. 1, p. 47-64, 2017. DOI 10.1080/13604813.2016.1263494

SILVA, P. F. J.; BERNARDELLI, M. L. F. H. Formação socioespacial e cidades pequenas: um segmento da rede urbana na porção meridional de Mato Grosso do Sul. *Geosp – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 163-181, 2019. DOI 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2019.137104

SILVA, W. R. *Para além das cidades: centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, SP, 2006.



- SPÓSITO, E. S. *A vida nas cidades: repensando a geografia*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. *In: Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001. p. 569-607.
- STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e público-privado. *In: ANDRADE, T. A. (org.). Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2001. p. 35-77.
- TACOLI, C. *The Earthscan reader in rural-urban linkages*. Londres: Earthscan, 2006.
- TACOLI, C.; AGERGAARD, J. *Urbanisation, rural transformation and food systems: the role of small towns*. Londres: IIED, 2017.
- TAYLOR, P. J. *et al.* Advances producer service firms as strategic networks, global cities as strategic places. *Economic Geography*, v. 90, n. 3, p. 267-291. DOI 10.1111/ecge.12040
- VIEIRA, A. B. Cidades médias: uma abordagem a partir da dimensão política da leitura econômica. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, Minas Gerais, v. 12, n. 40, p. 181-188, 2011.
- WATSON, V. Locating planning in the New Urban Agenda of the urban sustainable development goal. *Planning Theory*, v. 15, n. 4, p. 435-448, 2016. DOI 10.1177/1473095216660786

